COMANDO GERAL DE GREVE DOS PROFESSORES DA UFMG

Boletim nº 17 - 30/07/84

INFORME NACIONAL

Ação Jurídica

Segunda feira, 30/07, os advogados Celso Bastos (SP), Baracho (MG) e Paulo Pertence (DF) estarão em Brasília para impetrar mandato de segurança contra a ação da Ministra.

Posição dos Reitores

Os reitores afirmaram que não mais levarão qualquer proposta ao MEC enquanto os professores estiverem em greve, alegando que seria inócuo, uma vez que o Ministério já firmou posição de não negociar enquanto perdurar o movimento grevista. Indagados sobre os mecanismos de punição, responderam que não há uma posição do CRUB: cada reitor agirá por conta própria, de acordo com suas convicções.

Quadro das AD's

De modo geral, permanece o mesmo relatado no Boletim nº 16. Em várias IES houve assembléias depois de quarta-feira, reafirmando a continuação da greve.

A A Faculdade Federal de Medicina de Uberaba voltou às aulas, devido a graves dificuldades locais. O Professor Tarcísio Ferreira, que esteve, como nosso enviado, presente à assembléia que tomou tal decisão, relatou que na avaliação de seus docentes a resistência de 52 dias em greve foi uma vitória. Este foi o primeiro movimento grevista de que tiveram condições de participar, e nessa ocasião foi que fundaram sua associação.

Avaliação do Comando Nacional

O quadro de mobilização interna e o expressivo apoio externo, na maioria das AD's - mesmo considerando que as possibilidades de negociação ainda são frágeis - demonstra que o movimento permanece forte. Os possíveis ganhos dependem da manutenção e da coesão da greve, de forma unitária.

O CNG continua a tentar, apesar das dificuldades, a abertura de negociação, através de uma comissão formada para esse fim, da qual participem a ANDES e a FASUBRA. Nos próximos dias, no entanto, o CNG acredita que o movimento se encontra fase a três alternativas, que propõe que as AD's discutam: 1) Suspensão da greve com uma abertura de negociação através da formação de uma comissão que inclua a ANDES e a FASUBRA, com perspectivas de ganhos imediatos; 2) Continuação da greve por um período mais longo, articuladamente ou não com as fundações, que poderão entrar em greve; 3) Saída unificada da greve sem atendimento das reivindicações, mas com o movimento unido e organizado para continuar a luta após a volta, com manifestações articuladas em todo o país.

Ao lado disso, o CNG considera de extrema importância, especialmente para lhe permitir uma avaliação mais aprofundada e realista das perspectivas do movimento, bem como para a definição de encaminhamentos a médio prazo, que os comandos locais e assembléias enviem avaliações precisas dos seguintes aspectos:

a) Possibilidades efetivas de resistência frente ao corte de salários.
b) Grau e possibilidades de ampliação do nível de mobilização.
c) Análise das perspectivas de ampliação do movimento, com a possível participação das fundações.
d) Repercussões, sobre o movimento, dos problemas evidenciados em algumas AD's.
e) Perspectivas face à reabertura do Congresso Nacional (1º de agosto), considerando, inclusive, o quadro político mais geral, que envolve a questão sucessória.
f) Repercussões e perspectivas do movimento dos servidores das IES.

Recomendações às AD's

1) Exigir o posicionamento dos reitores e demais componentes da administração, no sentido de não tomar medidas punitivas.
2) Fortalecer os contatos com entidades e/ou comitê de defesa da Universidade, para que reafirmem apoio e solidariedade, e contribuam para o fundo de greve.
3) Agilizar contatos que ampliem a comissão de governadores.
4) Avaliar minuciosamente a situação do movimento em cada AD.

Medidas punitivas

Conforme a "Hora do Brasil" de 6a. feira, 27/07, o Coronel Pasquali declarou que não se cogita no momento de qualquer outra medida de punição aos grevistas, além da suspensão de pagamento.

Fundações

As Fundações de Ensino Superior, que são 16 no país, estão mobilizadas, uma vez que se sentem prejudicadas com o projeto de equiparação. Conforme noticiário da imprensa, 10 fundações já aprovaram indicativo de greve para o dia 06/08.

Sexta-feira, 27/07, três professores de Viçosa estiveram no Comando da UFMG, relatando que ali estão também dispostos a uma greve de solidariedade aos professores das autárquicas, tão logo se configurem medidas punitivas; no seu entender, em 31/07 se configurará plenamente o corte de salários, pelo que têm assembléia marcada para o dia 03/08. Segundo seu relato, as fundações de Pelotas, São Carlos e Acre estão na mesma posição.

PRÓXIMA ASSEMBLÉIA GERAL

3a. feira, 31/07, às 09 horas, no ICEX

Caravana a Brasília

Foi proposto no Comando Geral que se organize uma "caravana monstro" a Brasília por ocasião da abertura do Congresso Nacional. Essa proposta foi levada ao Comando Nacional, e já se formou uma comissão para implementá-la. O dia de saída de Belo Horizonte deve ser 3a. ou 4a. feira.

INFORME LOCAL

Relato das Unidades

Arquitetura - Assembléia marcada para segunda-feira, dia 30, quando se tomarão decisões. Por enquanto, há propostas: 1) suspensão temporária da greve para negociações, caso não se verifiquem, retorno à greve; 2) possibilidade de um plebiscito; 3) trabalho para que a volta seja unificada.

Belas Artes - Reunião realizada sexta-feira, dia 27, com 60% dos professores (25 presentes). Resultado da votação: pela continuação do movimento - 22; contra - 1; abstenção - 2.

Faculdade de Educação - Assembléia realizada na sexta-feira. Fez-se avaliação política do movimento. Houve várias propostas e a deliberação se fará na segunda-feira, dia 30.

Instituto de Géo-Ciências - Não houve assembléia. Há, porém, a proposta de que se organize uma grande caravana a Brasília.

Faculdade de Letras - assembléia com 51 professores. Fez-se avaliação do movimento. Propostas: resistir e permanecer em greve com reavaliações constantes; considerar a assembléia geral como foro onde os sinais de desagregação devam ser avaliados; implementar medidas para que a resistência seja dinâmica e na ofensiva. Resultado da votação com 42 professores presentes: a favor 30, contra 4, abstenção 8.

Fafich - Assembléia na sexta-feira, dia 27, com 85 professores. Fez-se avaliação política do movimento. Houve a proposta de suspensão da greve que acusou o seguinte resultado: a favor, 30; contra, 33; abstenção, 8.

Icex - Química - reunião conjunta de 22 professores e 22 funcionários. Fez-se avaliação política do movimento. Haverá deliberação de propostas na segunda-feira, dia 30.

Icex - Física - Há sugestão de um plebiscito para tentar uma saída independente da greve.

Educação Física - reunião na sexta-feira, dia 27, para a qual o Diretor convocou professores e funcionários. Fez-se a colocação dos itens discutidos na reunião de diretores.

Nova reunião na segunda-feira. Haverá também uma assembléia da Unidade após a reunião do Conselho Universitário.

Engenharia - Assembléia na segunda-feira, dia 30. Os professores assumiram um fundo de greve para os funcionários e já arrecadaram Cr$600.000,00.

Medicina - Houve uma reunião do Comando Geral e discussão que gerou a seguinte proposta. Caso haja suspensão da greve, que seja garantido o seguinte: pronunciamento público do governo se comprometendo a: - abrir negociação; - formalizar a comissão de negociação; - não punição; - verbas para a Universidade.

Farmácia - reunião com 60% dos professores (30). Fez-se uma avaliação do movimento e levantamento de itens necessários para o retorno às atividades, tais como: formalização da comissão, verbas para a Universidade. Haverá assembléia na segunda-feira, dia 30.

Ciência Econômicas - Assembléia com 20 professores. Votou-se pela continuidade do movimento. Algumas propostas foram examinadas, como: elaboração de um documento com princípios básicos a ser amplamente divulgado; organização de um seminário, no segundo semestre, sobre a Universidade; ênfase à assembléia geral como foro de deliberação.

Centro Pedagógico - reunião com 37 professores. Deliberação: voltar imediatamente, 30; esperar até o dia 1º de agosto, 6; volta unificada, 1.

Direito - Processou-se um plebiscito. 45 professores manifestaram-se pela suspensão do movimento; 12 votaram pela continuidade. O resultado da votação não implica retorno imediato dos professores às aulas. Conforme documento divulgado pelo Diretor da Unidade, "significaria tão somente, a sua vontade de que voltássemos a trabalhar em conjunto com as demais Unidades, fazendo-o dentro de determinado prazo".

COMISSÃO DE FUNDO DE GREVE

I) Noticiário:

1º - O serviço de subsistência Reembolsável oferecer 21 produtos básicos que podem ser adquiridos em consignação (para desconto na folha de pagamento), até o limite de Cr$40.000,00 por quinzena. Quem nunca comprou sob consignação, pode fazê-lo agora indo diretamente ao Reembolsável. Pede-se a quem tiver dinheiro, dar preferência ao Reembolsável para suas compras à vista.
2º - Foram intensificadas as tentativas de empréstimos junto à rede bancária, num total de 3 bilhões de cruzeiros, para repasse aos grevistas que precisarem.
3º - A ASSUFEMG solicita às pessoas que têm dinheiro em caderneta de poupança, que o apliquem na ASSUFEMG a juros iguais aos da caderneta por três meses, ou superiores aos da caderneta com prazo de 6 meses.
4º - Foi aberta uma conta bancária para captarmos doações ao Fundo de Greve. É a seguinte: CONTA Nº 41 000/1 - APUBH - ASSUFEMG - FUNDO DE GREVE - MINASCAIXA - AGÊNCIA MATRIZ. Os depósitos podem ser feitos em qualquer agência bancária, por meio de um D.O.C.
5º - O Clube de Diretores Lojistas concordou em não enviar ao SPC os nomes de professores e funcionários que não cumprirem seus compromissos com casas comerciais durante o período de corte de pagamento.

II) Sugestões óbvias para enfrentar o corte de pagamento:

1) Não pagar BNH, luz, água e telefone.
2) Tentar negociar o pagamento do aluguel, colégio, cheques pré-datados, promissórias e outras dívidas.
3) Tentar negociar a devolução do Imposto de Renda (cujo valor é em ORTNs) com familiares e amigos que tenham dinheiro em caderneta de poupança (cujo rendimento é igual à variação percentual das OPTNs, mais 0,5% ao mês).
4) Comunicar ao Comando ou à Comissão de Fundo de Greve, diretamente ou através do representante de sua Unidade, nomes de empresários de suas relações que concordem em fazer doações, em dinheiro ou gêneros. Daremos recibo para dedução no Imposto de Renda.

PROPOSTAS DA REUNIÃO CONJUNTO DOS COMANDOS DE PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS

1) Assembléia conjunta de professores e funcionários, mesmo que não tenha caráter deliberativo, para avaliar o movimento.
2) Reunião conjunta de todos os comandos locais em Brasília, 4a. feira, dia 1º. Deve-se aproveitar a oportunidade de estar reunido um grande número de professores vindos de todo o Brasil, integrando caravanas.

Senhor - 1-8-84



Esta decidida senhora comanda a demolição da universidade brasileira

Falta de educação

A greve dos professores e funcionários das universidades federais não é um ato isolado e reivindicador de dezenas de milhares de trabalhadores insatisfeitos com a sua situação profissional. Essa tentativa de isolar uma crise e tratá-la fora de um contexto mais amplo é resultado de dois cacoetes governamentais que se repetem monotonamente nos últimos anos.

O primeiro deles nasce da soberba de um Estado cujo sistema nervoso central não registra o direito da sociedade de reagir em defesa de seus interesses. Os últimos 20 anos de desmando aguçaram essa tendência histórica de entender que cabe ao governo a tarefa de carregar o pesado fardo de uma sociedade incapaz de cuidar de si mesma. O segundo, que se espalha pelo cotidiano nacional como uma mancha de petróleo, nasce do caráter específico desse governo, incapaz de gerir suas atividades como algo vivo e orgânico.

A figura penosa de um presidente inativo, com súbitos acessos de truculência, acabou por se tornar o modelo para a ação do ministério. E a população assiste, sem entender muito bem o que se passa, à sra. ministra da Educação tratar a crise mais grave por que já passou a universidade brasileira como se estivesse enfrentando um grupo de alunos recalcitrantes nas suas aulas de Direito Penal. Mostrando-se incompetente para as tarefas do seu cargo, permitiu que os perturbados ministros econômicos metessem grosseiramente suas tesouras no orçamento da Educação, praticamente paralisando a atividade de pesquisa e reduzindo professores e funcionários a uma ridícula, não fosse dramática, situação salarial.

Mas não foi surpresa. Se o ministro do Trabalho, ao contrário de tentar defender os interesses dos trabalhadores, obrigação que está na origem de sua Pasta, se coloca permanentemente ao lado dos interesses patronais, por que a ministra da Educação não poderia, como o faz, ajudar na sistemática desmontagem dessa incipiente universidade brasileira?

Na terça-feira, 24, a ministra endereçou aos reitores das universidades um pedido para que convencessem os grevistas a voltar às suas atividades, "para que sejam reduzidas ao mínimo as conseqüências de um movimento que já causou tantos prejuízos ao País". Os ministros deste governo, que se decompõe à vista de todos, nem por estarem envolvidos pelo clima de tédio e desinteresse que emana do Planalto têm o direito de iludir a população. Como pode a sra. Esther de Figueiredo Ferraz acusar os grevistas de causarem "prejuízos ao País" quando os fatos mostram que sua administração está sacando contra os interesses da Nação? Não é prejuízo aceitar pacificamente que o orçamento do próximo ano seja inferior ao deste? Ou não é prejuízo a constatação, feita pelo Conselho de Reitores das Universidades Federais, de que, para cada Cr$ 100 que recebiam em 1980, receberam este ano apenas Cr$ 37,80 e receberão, em 85, Cr$ 22,08? Será que não é prejuízo o fato de os 18 hospitais universitários do País terem fechado por falta de recursos? Ou que a Faculdade de Letras da UFRJ esteja há dois anos sem comprar um livro? Ou reduzir à zero os projetos de pesquisa que levaram anos de trabalho e chorudas verbas para ser montados? Ou ficarem sem efeito acordos de intercâmbio com universidades estrangeiras pelo singelo gesto de limitar a Cr$ 35 mil as diárias para os visitantes, o que sequer lhes assegura condições para pagar um hotel modesto? Mas é claro que quem considera bom que especialistas de custosa formação recebam salários de Cr$ 447 mil (professor auxiliar) e Cr$ 823 mil (professor titular) não pode pensar em diárias de outro porte. E é normal que seja assim, pois, como registrou a revista *Senhor* nº 175, ao ouvir um reitor dizer que sequer tinha recursos para pagar a luz, o ministro Delfim Netto respondeu: "Pode mandar para mim, que eu pago."

Uma greve de 35 mil professores e 65 mil funcionários, envolvendo 29 autarquias, explode pelas razões específicas de maus salários e péssimas condições de trabalho, mas se explica realmente porque o instinto de sobrevivência das universidades foi acionado. Os ministros econômicos, diante da necessidade de reajustar as contas do governo, simplesmente condenaram as universidades ao sucateamento de projetos e propostas. Não se falou em racionalizar alguma coisa, simplesmente se reduziu o oxigênio que mantém essas instituições em funcionamento.

Afinal, o que pretende este governo fazer do País? E o que essa elite entende do que deve ser o papel da universidade brasileira? Nos últimos anos, mal ou bem, houve uma tentativa de dotar o Brasil de um sistema universitário capaz de suprir suas necessidades técnicas, científicas e culturais. Isto custou dinheiro público, demorados processos de trabalho e organização. E é isto que, há algum tempo, começou a ser desmontado. E é um ministro muito incapaz o que permite tudo isso, dando um tratamento policialesco ao gesto corajoso e angustiado dos professores e funcionários que, ao lutar por seus direitos específicos de trabalhadores, igualmente tentam evitar que a matriz educacional brasileira, já tão miserável, se dissolva sem um protesto. E é uma pobre elite a que vê na universidade apenas uma fábrica de canudos. Mais uma vez, como tem sido comum nos últimos anos, diante da atmosfera crepuscular que toma conta do Estado brasileiro, cabe ao desprendimento de certos setores da sociedade a tarefa de resgatar o que ainda resta de vivo no País. Esta é uma greve que o governo tornou ilegal, mas que o resto da sociedade deve tornar legítima.